



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### PARECER JURÍDICO

**PROJETO DE LEI Nº 30/2021 – Dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do Município na forma eletrônica.**

#### I – RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo, em análise por esta Procuradoria Geral, em apertada síntese, o projeto de lei tem por finalidade criar imprensa oficial do município de Iturama, na forma eletrônica, denominando-o de “Diário Oficial” adotando-o como meio de publicação dos atos da administração pública municipal direta e indireta e revoga a lei 4.635/2017 que adotou o Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

A competência para proposição sobre a matéria está de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal em seu inciso I do artigo 69, vejamos:

##### LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

**Art. 69. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:**

**I – a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;**

A matéria foi proposta através de norma adequada, pois NÃO foi reservada a Lei Complementar, vejamos:

##### LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

**Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.**

**§ Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:**

**I – Código Tributário do Município;**

**II – Código de obras;**

**III – Código de Posturas;**

**IV – Plano Diretor;**

**V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;**

**VI – lei instituidora da Guarda Municipal;**

**VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;**

**VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



**IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;  
X – todas as Codificações.**

A instituição da imprensa oficial do Município vem ao encontro da disposição constante no Art. 37 da Constituição Federal, em especial o princípio publicidade:

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**

O Princípio da Publicidade determina a divulgação de informações e das atividades da Administração Pública, tornando-os públicos e acessíveis à sociedade. Estabelece o dever de transparência em toda a atuação do Poder Público, vez que a coletividade deve ter conhecimento da atuação estatal.

Tal princípio possibilita o controle popular sobre a administração pública fazendo com que o administrador preste contas para a sociedade que é a titular da coisa pública.

A Lei Federal n.º 8.666/94, Lei de Licitações e Contratos, dispõe sobre a possibilidade da criação de imprensa oficial por todos os entes, ATRAVÉS DE LEI RESPECTIVA DO ENTE, reproduzo:

### LEI FEDERAL N.º 8.666/1994

**Art. 6º ...**

**XIII - imprensa oficial - veículo oficial de divulgação da Administração Pública sendo para a União o Diário Oficial da União, e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o que for definido nas respectivas leis.**

O Tribunal de Contas de Minas Gerais já manifestou pela possibilidade de criação de imprensa oficial, inclusive na modalidade eletrônica, na Consulta n.º 837.145, no seguinte teor:

### CONSULTA 837.147 TCEMG

**EMENTA: CONSULTA — ENTIDADES ASSOCIATIVAS DE MUNICÍPIOS — PUBLICAÇÃO DE ATOS DOS MUNICÍPIOS — IMPRENSA OFICIAL — MEIO ELETRÔNICO — POSSIBILIDADE I. REQUISITOS — LEI ESPECÍFICA — FACILIDADE DE ACESSO — CERTIFICAÇÃO DIGITAL —**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



**INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS — II. INICIATIVA PRIVADA — TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DO DIÁRIO OFICIAL — UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO JÁ EXISTENTE — IMPOSSIBILIDADE — NECESSIDADE DO MUNICÍPIO POSSUIR SÍTIO OFICIAL DO PODER PÚBLICO — OPERACIONALIZAÇÃO DE DIÁRIO ELETRÔNICO MUNICIPAL PELA INICIATIVA PRIVADA — CRIAÇÃO DO SITE — POSSIBILIDADE — DISPONIBILIZAÇÃO DOS ATOS MUNICIPAIS — RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — III. PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL — DIÁRIOS OFICIAIS DO ESTADO OU UNIÃO — ART. 21, §1º, LEI N. 8.666/93 — REMISSÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DO TEXTO INTEGRAL NO DIÁRIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO — POSSIBILIDADE**

- 1. Municípios podem utilizar meio eletrônico como veículo oficial de publicação, mediante previsão específica em lei municipal, desde que sejam garantidas a autenticidade e integridade por meio de tecnologia de certificação digital, como a disponibilizada por meio da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) e observadas as normas pertinentes.**
- 2. A disponibilização dos atos municipais em meio eletrônico é de responsabilidade exclusiva da Administração Pública e deve ser feita em sítio oficial do Poder Público, restando à iniciativa privada apenas a possibilidade de operacionalização do diário eletrônico municipal.**
- 3. A publicação dos extratos de edital de licitação nos Diários Oficiais do Estado e da União indicará o local de obtenção do texto do edital na íntegra, podendo esse local ser o diário eletrônico do Município, desde que definido por lei como veículo da imprensa oficial.**

O projeto de lei atende as exigências elencadas pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais, em especial, autenticidade e integridade por certificação digital.

Ainda, a divulgação dos atos em sítio eletrônico oficial do município, devem atender os padrões de publicidade e transparência necessários à aplicação das previsões na Lei Federal nº 14.133/2021, até a operacionalização do PNCP, sendo que o artigo 175 da citada Lei Federal atribui a possibilidade de os entes federados instituírem sítio eletrônico oficial para divulgação complementar das licitações e contratações diretas.

Assim sendo, entendo necessária emenda ao projeto de lei para constar que “Art. 4º ... Parágrafo único. As publicações de contratos e seus aditamentos



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



referentes à licitações e contratações diretas obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021”.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, reproduzo:

### REGIMENTO INTERNO

**Art. 68. Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.**

O quórum das deliberações do projeto é de **MAIORIA ABSOLUTA**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno, caso aprovado na Comissão Permanente, vejamos:

### REGIMENTO INTERNO

**Art. 261. As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário.**


### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, observada a ressalva feita em relação ao artigo 4º, OPINO pela juridicidade e possibilidade de tramitação.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos Vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 10 de agosto de 2021.

  
David Tribioli Corrêa  
Advogado